

Tucano quer limite para emendas

Arquivo

O limite de 30 emendas para cada parlamentar e a redução do número de relatores parciais é a proposta do PSDB para modificar a estrutura da Comissão Mista do Orçamento, na tentativa de tornar mais transparente os gastos públicos.

"Chegou o momento e temos certeza de que, se a Casa tiver boa vontade, pode agilizar o processo para ser implantado neste ano", anunciou o vice-líder do partido, deputado Paulo Hartung.

A proposta tucana foi apresen-



tada em forma de projeto de resolução. Além de restringir o número de emendas, diminui de 67 para 20 os relatores parciais.

Hartung explicou que, independentemente dos problemas operacionais e de custos, a limitação das emendas evitará a manipulação. "Este é o maior instrumento para desvios, já que o parlamentar acaba votando no escuro. Na última hora, o relator grita um número e, devido à pressa, ninguém tem tempo de procurar a indicação, entre o grande número de emendas".

No ano passado, o projeto orçamentário recebeu cerca de 75 mil emendas.

Outro aspecto ressaltado pelo parlamentar são os critérios que deverão ser estudados para o repasse de recursos aos estados e municípios. "É preciso estabelecer um balizamento técnico para as deci-

sões políticas".

A proposta é omissa nesta questão, mas Hartung acredita que, reativando o acesso aos gastos do Executivo, através da Comissão de Fiscalização e Controle, as regras irão transparecer normalmente.

O projeto dos tucanos já tem discordâncias na Câmara, entre algumas lideranças. O deputado Gerson Pérez (foto), vice-líder do PDS, já afirmou ser radicalmente contra limitar o número de apresentação de emendas a cada parlamentar.

O vice-líder do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar, mesmo reconhecendo ser necessário proceder a mudanças no Orçamento, é outro que discorda da proposta e também não pretende "abrir mão da defesa intransigente dos direitos constitucionais de obter verbas para os estados".